

## ESTUDOS ETIMOLÓGICOS DO PORTUGUÊS NO PASSADO E NO PRESENTE Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro (DLCV – FFLCH – USP)

### O PRIMEIRO ETIMÓLOGO

Os estudos etimológicos remontam a longa data. Platão (428-328 a.C.) é o primeiro a fazer considerações, no Ocidente, a respeito do “significado real” das palavras, no diálogo *Crátilo*. Outro nome importante é o de Isidoro de Sevilha (560-636), que publicou suas famosas e extensas *Etymologiae*. Nos manuais de lingüística, esses autores são injusta- e anacronicamente julgados pelo crivo cientificista do século XIX e tratados como mera curiosidade. Talvez por crermos ingenuamente nesse julgamento, espanta-nos ler uma obra como a *Origem da lingua portuguesa* de Duarte Nunes de Leão editada em 1606, pouco depois da de Bernardo José Aldrete, *Del origen y principio de la lengua castellana*.

Nunes de Leão teria, portanto, feito um estudo diacrônico do português cerca de trezentos anos antes dos estudos pretensamente científicos da Lingüística. Quase todos os manuais concordam que a chamada fase histórico-comparativa teria iniciado com Rasmus Rask (1787-1832) ou com Franz Bopp (1791-1867) e que, nos primeiros anos do século XIX, teriam dado o primeiro passo para a comparação. Nunes de Leão, no entanto, no seu livro tão antigo, surpreende o leitor convicto da verdade apresentada por esses manuais de lingüística histórica. Há uma porcentagem muito alta de etimologias corretas na sua obra. Não havendo etimologias fantasiosas, a obra passa, portanto, a ser cientificamente válida. Observamos nela a preocupação do autor em separar em campos semânticos as áreas de atuação das palavras de origem grega (medicina, ginástica, geometria, astronomia etc.). É surpreendente encontrar nessa obra tantas referências semelhantes às que vemos em manuais modernos de historiografia e de lingüística românica, o conhecimento da presença dos celtas, iberos, gregos e fenícios na Península Ibérica, bem como dos superstratos da língua portuguesa (os árabes, os germânicos). Nunes de Leão é perfeitamente consciente do que vem a ser diacronia, do ponto de vista teórico.

No primeiro capítulo já afirma: *assi como en todas cousas humanas ha continua mudança & alteração, assi he tambem nas lingoagens*. Sua consciência com relação à mistura das línguas faz-nos lembrar obras de autores atuais: *todos estos exemplos trouxemos, pera mostrar claramente que não ha lingua algua pura, nem a houve sem ter mistura de outras lingoas*.

O capítulo sobre as “corrupções”, apesar de parecido com o de outro autor, ainda anterior a ele, a saber, Antônio de Nebrija, é no mínimo surpreendente, para quem crê que as “leis fonéticas” surgem apenas no século XIX. São elencadas, inclusive, numa ordem semelhante à das gramáticas históricas: o que chama *corrupção que se comete na terminação das palavras* tem o nome atual de *apócope*; a *corrupção per diminuição de letras ou syllabas* nada mais é que a *síncope*. Os exemplos são espantosamente os mesmos apresentados por José Joaquim Nunes, Ismael de Lima Coutinho, Edwin Williams, Serafim da Silva Neto, Paul Teyssier e outros autores modernos: *nodo > noo*, *sagitta > seetta*, *balista > beesta*, *nudo > nuo > nuu*. Fala de termos *corruptos por acrescentamento de letras ou syllabas* no começo, no meio e no fim das palavras (atualmente: *prótese, epêntese, paragoge*: *umbra > sombra*, *stella > strella*, *acu > agulha*). Fala de *corruptos por troca & transmutação de huas letras em outras* (exemplos corretíssimos: *ecclesia* teria dado *igreja*, *cupiditas* teria dado *cobiça*), incluindo uma regra: *au > ou/o* (com uma dezena de exemplos, todos corretos: *aurum* teria dado *ouro*, *taurus* geraria *touro*, *caulis* teria produzido *couve*, *auris* teria gerado *orelha* etc.). Sonorizações (*gluten > grude*, *capillus > cabelo*), rotacismos (*blandus > brando*), dissimilações (*locusta > lagosta*, *scapha > esquite*), metáteses (*fenestra > freesta*, *feria > feira*, *pauper > pobre*, *zinziber > gengibre*), enfim, apesar de os termos técnicos atuais obviamente não serem empregados, nada lhe escapa. Não satisfeito com as mudanças de cunho fonético, discute mudanças de gênero (*cor, flor*, originalmente masculinos; *goma*, originalmente neutro), de número (*scopae > escova*, *scalae > escada*), de sentido (*macula* teria

mudado em *malha, magoa, mancha*). Do capítulo IX em diante trata das palavras que tomamos dos gregos, árabes, franceses, italianos, alemães, hebreus, sírios, godos. Elenca palavras cujo significado se modificou com o tempo. Discute a variação sociolingüística, ainda que sob viés normativo, no capítulo XVIII, tratando dos termos usados pelos *plebeios*. Faz lingüística comparativa, ao considerar o comprimento das palavras do latim e do português ou ao contrastar o castelhano com o português. Mesmo que vasculhemos as obras que influenciaram a confecção da *Origem da lingua portuguesa*, permitindo ao seu autor que chegasse às conclusões surpreendentes que nos apresenta, nada lhe tira o mérito de ser o primeiro (por sinal, excelente) etimólogo de nosso idioma.

## O SÉCULO XIX (ETIMOLOGIA E DIALETOLOGIA)

A historiografia é um estudo extremamente importante para entendermos os conceitos da lingüística geral e um dos pontos básicos de uma pesquisa etimológica. Hoje, diferentemente de há duas décadas atrás, vemos na Academia reviver um interesse por assuntos que envolvem o passado e, com eles, o interesse pelas opiniões dos antigos lingüistas. A suspensão temporária de interesses foi bastante prejudicial para o desenvolvimento da lingüística geral, mas hoje felizmente é possível, por exemplo, ler na *internet* um autor como Gonçalves Viana (1840-1914), que escreveu uma fabulosa descrição dos sons portugueses, intitulada *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne*. Em 1883, quando Viana escreveu esse artigo, trabalhos de lingüística pura conviviam harmoniosamente, em revistas de tamanho bastante avantajado, com estudos de dialetologia, de etimologia, de edótica e de estilística.

Também é o caso de Francisco Afonso Coelho (1847-1919), que nos surpreende ao ser encontrado numa revista de geografia (*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 2ª série, nº 3, p. 129-196*) com um artigo intitulado “*Os dialetos romanicos ou neo-latinos na Africa, Asia e America*”, que curiosamente não constava, pelo menos, até nosso aviso, da extensa lista de obras citada na página do Instituto Camões.

Esse artigo, além de divulgar o tema, trata da atualíssima discussão sobre as línguas crioulas. Principalmente ao final do seu texto, quando diz “*a preferencia dada n'esses dialectos aos pronomes regimens, que vêem occupar o logar dos pronomes sujeitos encontra-se entre nós no fallar das creanças e tem grande extensão nas phrases populares das nossa linguas europêas*”. No parágrafo seguinte completa: “*A propria selecção lexicologica, isto é, a preferencia dada a certos termos, manifesta a acção das mesma leis geraes, das mesma tendencias nas formações que estudâmos, apesar das differenças de raças e meios; assim para significar fallar ou dizer encontrâmos em Ceylão, Curaçáo, archipelago de Cabo Verde, etc., a palavra papiá, o que é tanto mais interessante quanto esse termo não parece existir hoje nem em hespanhol nem em portuguez*”. Ora, em português brasileiro, existe *papear*, pronunciado da mesma forma que nas línguas crioulas. Por causa de coincidências como essa, há toda uma discussão acalorada sobre a origem do português brasileiro. Alguns defendem que houve aqui no Brasil um falar crioulo como, por exemplo, ainda existe hoje em Guiné Bissau. Essa discussão, como nos prova Adolfo Coelho é muito antiga. Há uma vasta bibliografia sobre línguas crioulas (inclusive de base portuguesa) no século XIX, escrita em alemão, sobretudo pelo espetacular lingüista Hugo Schuchardt (1842-1927), o mestre de Graz, que ainda espera para ser traduzida. Muitos prejulgam esses antigos autores como pessoas de visão estreita e sem nenhuma contribuição científica a oferecer. Seus artigos passam por curiosidades. Por absoluto desconhecimento, associam-se esses autores, com enorme grau de injustiça, às teorias fascistas ou racistas. A fobia do pós-guerra contra o antigo conhecimento deixou no limbo toda pesquisa científica em lingüística que havia sido feita até então, sobretudo a escrita em alemão. Trinta anos depois da revitalização pelos lingüistas da idéia da *tabula rasa*, a história começa, lentamente, a ser recuperada, aqui no Brasil, não sem certo espanto.

Mas que têm as línguas crioulas a ver com etimologia? Tudo. Não temos perfeita consciência da língua que falamos.

Em modelos de lingüística fala-se, por exemplo, do “alçamento das pretônicas”: em vez de pronunciarmos a vogal da primeira sílaba da palavra *menino* com [e], no Brasil, pronunciamos (por toda a parte, de Norte a Sul), com um [i]. Por que teríamos de pronunciá-la como [e]?

Pensamos imediatamente na grafia *minino* como errada (e é por isso que aparece assim escrita quando fala a personagem Chico Bento, de Maurício de Sousa).

Os lingüistas que trabalham com fonologia partem quase sempre do pressuposto de que o *e* de *menino* seja a forma básica, daí dizer que há, entre outras coisas, um arquifonema /E/ que se realiza no Brasil como [i] por causa de uma assimilação ou por causa de uma harmonia vocálica (termo usado um pouco abusivamente). Em suma, apesar de *todo* o Brasil pronunciar essa palavra com [i], a escola automatizou-nos a vermos um *e* inexistente, de tal forma que imaginamos pronunciar essa palavra como [e], embora a verdade seja que ricos e pobres, alfabetizados ou não, todos nós pronunciamos [i]. Ora, em português antigo se encontra a grafia com *i*, por exemplo, na Cantiga de Santa Maria 323:40-41 temos “*Ca log' en aquela casa entrou a Sennor conprida de todo ben, e tan toste deu ao minynno vida*”. Portanto, a forma *minino* é antiga: existe no português arcaico, veio para o Brasil e também para outros países de língua portuguesa. O schwa nesta palavra – som típico do sotaque português, que justifica a grafia com *e* – é inovação tardia da pronúncia lusitana, não veio para o Brasil e é fruto de uma dissimilação (como ocorre com *ministro*, *melitar*, *preveligiado*, *vecijar*, formas coloquiais em vez de *ministro*, *militar*, *privilegiado*, *vicejar*, todas atestadas já por Viana no século XIX). A etimologia de *menino* é duvidosa e confusa (há alguma relação com o *niño* espanhol, o catalão *minyó*, o francês antigo *mignot*?), não se pode afirmar nada com certeza para sabermos se originalmente haveria um *i* ou um *e*, mas tudo indica que a oscilação é antiqüíssima e a forma que veio para o Brasil foi a com *i*, grafada com *e*, por uma questão normativa. Portanto, não há alçamento recente: o alçamento ocorreu já no século XIII. Não há arquifonema também nesse caso. O que temos é uma confusão com escrita e fala ou uma forma abstrata: o arquifonema não se justifica dedutivamente, nem se obtém indutivamente. Na música escrita no crioulo de Guiné-Bissau, *Ke cu minino na tchora*, de José Carlos (1972), podemos perceber que *kurpu* é “corpo”, *dur* é “dor”, *matu kema kasa kema* é “mato queima, casa queima”. Essas pronúncias não são estranhas: no interior do Pará, igualmente, *o* se transforma em *u*, como em *buto*, em vez de *boto*. Também *quema* em vez de *queima* se ouve em várias regiões brasileiras. A canção não se trata de uma língua cheia de empréstimos do português, mas de uma filha do português. Mas de qual português? Com certeza não é do português tal como é falado hoje em Lisboa. O português falado atualmente em Portugal é bem diferente do usado pelos lusitanos na época das Grandes Navegações. Desde a primeira metade do século XV, os portugueses navegavam pela costa ocidental africana. Se quisermos recuperar a fonte que gerou o português da Guiné, temos de recuar até esse período. Não espanta que encontremos formas parecidas em diferentes áreas da lusofonia. Assim, se algum caboclo ainda fala *chuiva*, não se deve a um “acréscimo” de um *i*, pois essa forma existe também em dialetos de Portugal, como testemunham os opúsculos de José Leite de Vasconcelos (1858-1941). É o *i* do latim *pluviam*, que foi expulso da norma culta em detrimento de uma variante menos conservadora. Um acréscimo de *i* aqui é novamente confusão entre fala e escrita. O *tchora* de Guiné Bissau se ouvia em todo o Estado de São Paulo no começo do século XX, segundo nos narra Amadeu Amaral (1875-1929) e ainda hoje se ouve nas imediações de Cuiabá (MT). Era a pronúncia normal do *ch*, diferente da do *x*, segundo se deduz da pronúncia do espanhol e das indicações da gramática de Fernão de Oliveira (1536).

Diante da divulgação de uma língua, surgem sempre duas possibilidades: *inovação* ou *conservação*. A distância entre os falantes causa uma diferença perceptível com o passar do tempo. O que uma variante conserva, a outra inova e vice-versa. Há quem ainda hoje pense que se há duas variantes, uma necessariamente é a certa e a outra, errada ou uma é a original e a outra, uma corrupção. Cada variante

– normativa ou não, européia, americana, africana ou asiática do português – tem uma origem e uma tradição. Se alguém diz *imbigo* em vez de *umbigo* aqui no Brasil, saiba que também assim se ouvia no português de Damão, na Índia, hoje possivelmente extinto. A forma *beudo* para *bêbado* também se encontrava no antigo Ceilão (atual Sri Lanka). A pronúncia *jinela*, registrada por Amadeu Amaral, se ouve em São Tomé. *Sumana* em vez de *semana* se ouvia com frequência no Brasil e em Cochim. A palavra *função* no sentido de “alvorço” também se encontra em Diu. A curiosa conjunção final caipira *pamode* se ouve também em Cabo Verde. *Cachorro* como sinônimo de *cão* (e não como filhote de cão, como fazem os lusitanos) se encontra na Malásia e na China (Macau). No norte de Portugal se diz *marelo, bobra*: com um ouvido atento podemos perceber sua presença também aqui, do outro lado do Atlântico.

Os exemplos podem multiplicar-se aos milhares. A conclusão é que da mesma forma que nos surpreendemos com as diferenças, ainda mais surpreendentes são as semelhanças. O papiamento, língua de Aruba, nas Antilhas, tem base portuguesa à qual se juntaram palavras do holandês, inglês e espanhol. O próprio nome *papiamento* vem do verbo *papear*, lembrado por Adolfo Coelho. Não deixa de ser surpreendente que muitas palavras dessa língua lembrem o português falado no Nordeste. Veja, na música guineense, o uso do interrogativo “*ke ki?*” ou “*ke ku*” equivale ao nosso “*que é que?*” ou “*que que?*”. No papiamento também se diz “*kiko?*”. Um partidário da teoria das derivas nos lembraria que essa forma também aparece no francês: *qu’est-ce que?*

Os dialetos rurais brasileiros, portugueses e galegos também são de extrema utilidade para entendermos a origem dos fenômenos de nossa língua, que jazem escondidos sob o manto das normas cultas. Talvez seja preciso que os lingüistas recuperem a dimensão real da língua para podermos voltar a teorizar sobre ela. E só podemos reconstruir se tivermos dados. Ora, os dados de hoje em dia são diferentes dos do passado. Muitos já morreram. Mas estão registrados nas obras de autores que em nada são obsoletas. Hoje temos toda cautela do mundo para a metodologia de coleta de dados, mas faltam-nos os dados necessários para teorizar: ou já não existem ou estão invisíveis. Não conseguiremos ver *toda* a língua portuguesa se apenas nos pautarmos nas variantes de prestígio, nas variantes das capitais, nas normas urbanas cultas. Isso já se sabia entre os lingüistas do século XIX, sobretudo o mestre Hugo Schuchardt.

## O CASO PÉLA

Gonçalves Viana, contudo, apesar de excelente lingüista, é mais lembrado como alguém que participou da uniformização da escrita portuguesa, no início do século XX e, temos resquícios das chamadas regras de acento diferencial. Qualquer brasileiro acha-as absurdas. Assim, *péla* se escreve com acento para diferenciar-se de *pela*.

Mas que é *péla*? Ora, nada mais que uma bola de borracha. Se alguém julga essa palavra desusada, informo que a morte de uma palavra é difícil de ser decretada. A palavra *péla* se usa no Brasil? Suspeito que não. Mas eu afirmo que ela deixou uma filha, outra palavra, essa sim, muito usada. Quem nunca ouviu falar da palavra *pelada*? Quantas suposições absurdas e etimologias fantasiosas podem suscitar nossa malícia brasílica, tentando explicar quem é a pelada da expressão? No entanto, afirmo: não há nenhuma moça nua em nenhuma historinha etimológica dessa palavra. *Pelada* nada mais é que um derivado por sufixação da tão rejeitada palavra *péla*. Uma pequena associação entre as duas palavras seria útil, com certeza, na alfabetização. Uma associação etimológica vale mais que um milhão de argumentos e teorias. Talvez por isso as associações fantasiosas sejam dificilmente separáveis das científicas: o efeito medicinal de ligação de sinapses neuroniais é o mesmo, quer seja a explicação boa, quer não. Portanto, *péla*, palavra culta, por causa do seu arcaísmo e da raridade em que está envolvida, torna-se usual, coloquial, frequente, atual. Os limites entre usado e desusado, entre antigo e novo, entre coloquial e solene em língua dependem apenas do ângulo pelo qual se vê uma palavra. E há muitos ângulos numa palavra.

A palavra *péla* tem origem duvidosa, mas se assemelha à palavra latina *pila* “bola”. Não podemos dizer que *péla* vem diretamente de *pila*, porque há problemas sérios aí: o *i* latino é breve, teria que ter resultado um *ê* fechado em português. Mas também é verdade que o *ê* fechado tônico do latim seguido de uma sílaba com *a* normalmente se abre (como em *illa*, que deveria ter dado um *ela* com *ê*, mas por causa do *a* da sílaba seguinte tornou-se *ela*, com *é*). Por outro lado, *pila* não poderia ter gerado *péla* porque os *l* intervocálicos caem. O que esperaria de uma palavra como *pila*, pelos métodos regulares, seria algo como *\*pea*, *\*peia*. Talvez por isso, propôs-se um diminutivo: *\*pilellam*, que também causa alguns problemas (como uma pretensa crase de *\*peela*, não documentada). Em espanhol, a palavra *pelota* para “bola”, diminutivo de uma antiga palavra *\*pela*, por sua vez empréstimo do francês arcaico *pelote*, mostra que não é absurda a etimologia com sufixo diminutivo. A palavra *pílula* que vem de outro diminutivo latino *pilula* “bolinha” é um exemplo culto: nem o *i* nem o *l* se alteram. O diminutivo da palavra pode receber um aumentativo e gerar o francês *peloton*. Já a palavra *pêlo* vem do acusativo *pilum*, que tinha o sentido ambíguo de “pêlo, cabelo”, como ocorre no espanhol *pelo*. O vocalismo é regular, mas a manutenção do *l* é estranha (deveríamos ter aqui também algo como *\*peo*, *\*peio*). A palavra *capillus*, que originou o nosso “cabelo”, já foi engenhosamente explicada como “pêlo da cabeça” *\*capo-pilus* > *\*cappilus* > *capillus*, mas há grandes dificuldades para entender a mudança: por que o radical de *caput* está truncado? Por que o latim não tem os dois *pp* previstos, mas em compensação tem dois *ll*? Lembrar-se de que sons duplos eram pronunciados separadamente em latim, como hoje faz o italiano. Edwin Bucher Williams (1891-1975) acreditava que a manutenção regular do *l* em *cabelo* influenciou a excepcional preservação do *l* de *pêlo*. O *l* de *pêlo* seria, portanto, analógico. Há muitos problemas desse tipo que só podem ser resolvidos por meio de investigação e pesquisas profundas (não só em livros editados, mas também em manuscritos inéditos – e os há aos montes).

## LEIS FONÉTICAS

Os estudos científicos da linguagem só se fundamentaram a partir do momento em que se estabeleceram regras para discernir o que é válido e o que é inválido em etimologia.

As perguntas básicas seriam: (a) Quando ocorreu? (b) Em que língua? (c) De que forma? A semelhança com outros casos é indispensável.

Só quando temos certeza ou uma grande suspeita de um étimo é que podemos aplicar o grande *ad hoc* às leis fonéticas: a *analogia*. Costumo falar, imitando palavras de Rubem Alves, que um modelo científico questionável é como um ventilador quebrado. O que fazemos com ele? Aparentemente duas soluções são possíveis: ou mandamos consertá-lo ou jogamos fora. Se o mandamos consertar e *se foi possível consertar*, ficamos naturalmente com ele. Se não foi possível, ficar com ele só se justifica por motivos emocionais. Muitos e muitos modelos capengas sobrevivem até hoje ao lado de concorrentes cientificamente construídos: por exemplo, a teoria darwiniana e o Gênesis explicam igualmente o surgimento da diversidade animal. A sobrevivência dos modelos não-científicos se deve muito mais à fé, ao apego e ao temor medieval de descartá-los do que à dúvida cartesiana que caracteriza *a priori* o método científico. Não é o caso da lingüística histórica, que goza de grande cientificidade, mas é o caso dos étimos.

Autores consagrados caem na tentação do étimo miraculoso: o dicionário de Silveira Bueno – e muitas vezes o de Antenor Nascentes – quando trata de palavras de étimo difícil, nomes próprios, palavras de origem supostamente asiática, africana ou indígena, pecam por produzir construtos sem qualquer vínculo com as noções de sistema ou das leis fonéticas. Que falar das expressões idiomáticas, onde reina o total achismo?

Recentemente, surgiu-me um problema desse tipo: a expressão *quintos dos infernos*. Normalmente usada para um lugar distante ou como atenuação de expressão mais forte, liga-se a certos verbos (*ir para os quintos dos infernos*, *mandar para os quintos dos infernos*, *morar nos quintos dos infernos*).

Há quem diga *quinto* no singular. Bom, de onde viria isso? Consultando a *internet*, vemos que há duas explicações correntes: uma delas estaria ligada ao *quinto*, famoso imposto que gerou tantas rebeliões. Pelo fato de um imposto nunca ser bem-vindo, mandar para o *quinto* seria colocar a pessoa em maus bocados, daí, seria fácil associá-lo ao inferno. Outra explicação teria a ver com a divisão dantesca do Inferno.

Veja bem, no primeiro caso, aposta-se numa explicação em que a própria razão conduz à verdade. No segundo, aposta-se numa origem culta da expressão. Todos que afirmam qualquer uma das expressões não têm provas do que afirmam.

E é possível ter provas? Eu, como etimólogo, não tenho nenhum pudor de dizer que a maior parte das expressões tem origem desconhecida. O público leigo normalmente anseia por uma, pois essa afirmação é por demais decepcionante. Mas decidamos de vez: queremos a verdade ou queremos um mito? No segundo caso, o estudo etimológico voltaria às suas origens: a Platão ou a Isidoro de Sevilha. Não teria sido preciso nem método, nem regras, nem lingüística.

Verifiquemos as hipóteses: o quinto inferno dantesco não tinha nada que o destacasse dos demais *cerchi*: lá estariam os avarentos. O nono parece muito mais terrível. Eu não apostaria muito nele, nem em nada muito clássico, ainda que saiba que às vezes expressões clássicas entrem na linguagem coloquial. Aliás, é curioso que uma expressão clássica não ocorra em francês ou em italiano e que só os portugueses a tenham.

O imposto chamado *quinto* bem que merecia ser associado a algo infernal e parece-me a proposta mais forte. Mas os dados colocam-no no mesmo patamar do achismo.

O *corpus* do Michael Ferreira e Mark Davies não abona a expressão antes do século XX, exceto este trecho do século XVIII: "*outra gaitada, orelha baixa, orelha cahida, o homem he os meus peccados, o homem he mole como papas, oh Maria Pinheira he mouca, o diabo lho disse ao ouvido, os quintos infernos, orcey as contas*" (Manoel José de Paiva - *Enfermidades da língua portuguesa*, 1759)

Chama à atenção a ausência da preposição: são *quintos infernos* e não *quintos dos infernos*. A mesma expressão aparece em 1739 (Antonio José da Silva - *Labirinto de Creta*, 1739), e 1811 (*New Portuguese Grammar* de Antonio Vieira) e em 1820 (*A Portuguese and English Grammar*, de P. Babad).

Concluo, portanto, que a expressão mais antiga era *quintos infernos*, que não consegui abonar antes do século XVIII. Se imaginarmos que *quintos infernos* seja a forma básica, originada não se sabe quando, mas usual até século XVIII, poderemos supor que a expressão passou a soar bastante estanha para o ouvido brasileiro: o numeral ordinal plural precedendo e concordando com o substantivo foi interpretado como um fictício substantivo *quintos*, o qual necessitava de uma preposição.

A forma *quintos dos infernos* (no plural e com a preposição) aparece no dicionário etimológico do Silveira Bueno (1963). Antes dele, aparece em *A vida misteriosa das palavras*, de Joaquim Gomes Monteiro & Antonio da Costa Leão (1944), com a explicação relacionada ao imposto com o mesmo nome e, no mesmo ano, na gramática normativa de Silveira Bueno (p. 328). Antes ainda, está no livro de Rocha Martins (1936), *Bocage: episódios de sua vida: novela histórica* (p. 154) e na *Tormenta* de Menotti del Picchia (1932:59).

A abonação mais antiga para a expressão *quinto dos infernos* (no singular e com preposição) está nos anos 70 do século seguinte (*Teje Preso*, do Chico Anísio, de 1975, p. 41), mas aparentemente já existia desde a década de 50.

Dizer que a palavra *quintos*, transformada em *quinto*, foi associada ao imposto, neste momento, seria o caso do apego emocional ao modelo antigo, já citado.

Se o enigma não foi solucionado, está lançado o primeiro passo de uma investigação séria sobre a origem da expressão, assim como de tantas outras. Cercar-se de argumentos é o primeiro passo para avaliarmos um étimo qualquer. Se não fizermos isso, não há nada de mais: bastaria confessarmos nossa total ignorância sobre o tema, o que é justo para com o trabalho da lingüística histórica.

## SITUAÇÃO ATUAL

O grande passo do *Dicionário Houaiss* (2002) face aos até então existentes foi o modo como tratou a etimologia. Embora, curiosamente, não se intitule um *dicionário etimológico*, superou tudo o que se havia feito até então. O máximo que tínhamos era o dicionário de José Pedro Machado, louvável pelas incursões feitas sobretudo no árabe (língua que conhecia bem) e no latim medieval lusitano.

Mas ninguém dedicou-se mais à datação que Antônio Geraldo da Cunha. Seu magnífico *Dicionário histórico de palavras portuguesas de origem tupi* mostra bem o trabalho incrível a que se dedicou inicialmente de forma solitária. Esse dicionário é apenas a ponta do *iceberg* de sua pesquisa. Obstinado pela datação – uma vez que não dispomos (ainda) de um dicionário com as primeiras abonações, como os dicionários de espanhol e catalão de Juan Corominas, ou mesmo algo seguro como o *Petit Robert*, para o francês, ou o *Oxford*, para o inglês – Cunha coletou, em cerca de 170 mil fichas, tudo o que encontrava. Abonou satisfatoriamente grande parte do português arcaico, mas faleceu, obviamente sem completar o intento. Essas fichas estão na *Casa Rui Barbosa* do Rio de Janeiro e foram usadas para a confecção do *Dicionário Houaiss*.

O desinteresse geral pelo assunto é inexplicável, tanto no Brasil quanto em Portugal. Até quando vamos esperar para que a obra de Cunha seja totalmente impressa? Não teríamos a publicação do *Cancioneiro da Ajuda*, se não fosse pelo trabalho de uma alemã, Carolina Michaëlis de Vasconcellos. A primeira gramática histórica do português foi feita por Jules Cornu, sem falar de Paul Teyssier e Joseph Maria Piel. Os estrangeiros fizeram até agora, muito melhor, a nossa lição de casa. É possível contar nos dedos os lusófonos que se aplicaram em trabalhos tão ingentes, o que faz a obra de Cunha se tornar ainda mais louvável.

Recentemente o *Instituto de Estudos Brasileiros* da USP disponibilizou na *internet* o primeiro dicionário da língua portuguesa, a colossal obra do Padre Rafael Bluteau, do começo do século XVIII. Obra muito rara, nunca teve uma reedição, a não ser recentemente, pela Alemanha.

O dicionário de Bluteau tem um longo nome. Somente neste título enorme há muitas palavras que poderiam retroagir as datas do *Dicionário Houaiss*. O termo *dendrológico*, por exemplo, é tido como do século XX (1958), mas também há o caso de *zoológico* (1815), *florífero* (1817), *ornitológico* (1836), *ortográfico* (1836), *terapêutico* (1839), *sinonímico* (1858), *homonímico* (1874), *tecnológico* (1874), *isagógico* (1881) sem falar de *gnomônico*, *litológico*, *uranológico* e *hierológico*, que estão sem data, e do termo *qüiditativo*, que no *Houaiss* aparece sob a curiosa forma *qüididativo*. Também há o termo *xenofônico*, que não ocorre no *Houaiss*, por (suponho) julgar-se um arcaísmo. Nada menos que dez palavras retrocederam suas datas num único título e outras quatro obtiveram sua primeira abonação! Poderiam, portanto, retroagir para 1712, quando se publicou o primeiro volume do *Vocabulário de Bluteau*.

Longe de serem curiosidades, essas retroações dão o mapeamento mais completo de nossa língua. Saber, por exemplo, que o termo *dendrológico* é dois séculos mais antigo do que se supõe, abre um novo universo não só para quem trabalha com etimologias, mas mesmo para um botânico ou qualquer outro pesquisador de história (em francês, por exemplo, *dendrologie* já aparece em 1641). Recentemente traduzi um livro feito pelo alemão Volker Noll (*O português brasileiro*), que mostra o quão fragmentado e errôneo é o conhecimento do passado de nossa língua.

Ainda em Bluteau, no verbete *abandonar*, por exemplo, o autor se recusa a dar uma tradução para o latim, pois acha que a palavra é um modismo da época. Houaiss considera a palavra como do século XIII, porém no final do verbete diz: sXIII *abaldōar*, sXIV *abaldoar*. Ora, esse termo *abaldoar* é uma forma divergente, mas não é a mesma palavra que *abandonar*. De fato, *primeiro* e *primário* não são sinônimas no português, da mesma forma que *solteiro* e *solitário*, embora seus étimos sejam os mesmos. A palavra arcaica *abaldoar* e *abandonar* são formas divergentes. Ao que tudo indica, a

primeira abonação de *abandonar* continua sendo a uma obra chamada *Epitome Historico das ultimas guerras do Turco com o Emperador pag. 30* citada por Bluteau. Vejam: ninguém checou a veracidade disso há mais de 300 anos. Há muito trabalho por fazer!

## BIOLOGIA E FILOLOGIA

Autores do século XVIII como Isaac Newton ou Leibniz não conseguiam escrever nada sem mencionar, em meio a suas fórmulas, direta ou indiretamente, a figura de Deus. Isso não os faz menores quando se retomam suas considerações sobre física e matemática, hoje vistas como independentes de questões teológicas. Leibniz não acreditava nos átomos, aliás, era bastante convicto dessa idéia. Não é isso que nos autoriza a jogar toda sua obra no limbo. Da mesma forma, muitos outros autores fizeram afirmações hoje consideradas absurdas, embora nada lhes tire sua genialidade ou seu lugar na história das ciências como precursores ou fundadores de alguma idéia original ou até então obscura. Kepler, Locke, Vico, Darwin, Einstein, todos em algum ponto disseram algo incompreensível segundo nossa ótica atual ou mesmo se equivocaram de forma evidente, mas qualquer pessoa razoável lhes será indulgente, face à novidade que anunciam.

Do mesmo modo, ninguém em sã consciência poderá retirar a genialidade de Saussure, Jakobson, Bloomfield, Sapir, Chomsky, mas a tolerância diminui muito quando marchamos para o século XIX.

Há um terrível engano ao confundirem-se gramáticos e filólogos nessa época. Qualquer um que se dê ao trabalho de ler (com boa vontade) os artigos de revistas do final do século XIX como a *Romania*, organizada por Paul Meyer (1840-1917) e Gaston Paris (1839-1903), os *Bulletins de la Société de Linguistique de Paris* (desde 1864) ou a *Zeitschrift für romanische Philologie* (desde 1877) verá que isso não é verdade. Os filólogos ou lingüistas (como muito se auto-intitulam) dessa época não depreciam o trabalho dos bons gramáticos, embora ajam como cientistas da linguagem, tão bons quanto os pós-saussurianos. Aliás, muitos fazem estudos sincrônicos e não só diacronia.

É mais fácil agirmos preconceituosamente e taxarmos todas essas obras de arcaicas, inúteis e ultrapassadas: poupa-nos o trabalho de lê-las. E isso nos dá certo alívio, pois muito do que se escreveu nesse século está em alemão... Ironias à parte, ignorar uma obra por estar escrita numa língua por nós desconhecida ou colocá-las todas no mesmo balaio não é um comportamento muito sério, embora comum e, infelizmente, aceitável. Em biologia, se uma pessoa estuda um gênero de moscas qualquer, seu primeiro trabalho será levantar toda a bibliografia sobre o assunto (nesse ponto, o *Zoological Records* ajuda muito) e se algum texto estiver em armênio, corre-se para um tradutor. Paradoxalmente, em lingüística, que estuda línguas (e não moscas), se algum autor escrever em armênio, estará na maior parte das vezes fadado ao desconhecimento ou será ignorado pelos não-armeniófonos. Para piorar, a lingüística não tem nada parecido com um Código Internacional de Nomenclatura Zoológica com suas justas leis de prioridade que, entre muitas coisas, salvaguardam seus autores, sobretudo os mais antigos. Pelo contrário, esquece-se o antigo em prol do novo, que muitas vezes retoma o antigo, num ciclo vicioso interminável. Fazer uma historiografia minuciosa daquilo com que se trabalha é uma iniciativa pessoal e não uma obrigação e, por isso, muitas vezes, criam-se neologismos ociosos ou os termos técnicos sofrem de indesejável polissemia como qualquer termo comum.

Há um equívoco maior ainda ao associarmos todos os autores do século XIX com uma “visão biológica”. Seria o mesmo que dizer que todos os autores do século XX são gerativistas, inclusive Saussure e Bloomfield. A influência de Darwin sobre os autores só pode ter ocorrido após a publicação do *On the origin of species*, em 1859. O impacto sobre a lingüística do século XIX é óbvio na obra de August Schleicher (1821-1868) e de alguns autores subseqüentes, mas não em todos. Houve inclusive quem criticasse tal postura violentamente. No afã de menosprezar a obra desses autores, colocam-se amiúde todos no mesmo patamar (e nesse ponto, todos os livros sobre história da lingüística são muito falhos).

Antônio Alves Pereira Coruja (1806-1889) escreveu uma gramática em 1835 (*Compêndio de gramática da língua nacional*). Dizer que sua obra é biologicizante, por exemplo, é incorrer num anacronismo imperdoável, só justificável pelo preconceito que temos de todos os autores desse século no atacado. Coruja, observem, escreveu sua obra bem antes de Darwin. Não é ocioso observar que todo século tem cem anos e em cem anos as coisas mudam muito.

Aos que pensam que gramática e filologia são formas menores de estudo da linguagem, se comparadas à lingüística, doutrinados pela repetição dos discursos, costume lembrar que muito nessa divisão tripartite é arbitrária. Seria bizarro dizer que Newton, por citar Deus em cada passo, não faz Física. Iguamente bizarro é elegermos Saussure (que era filólogo e neogramático) como “pai da lingüística” e esquecermo-nos de Kruszewski (1851-1887) ou de Hermann Paul (1846-1921), fazendo do seu *Cours* uma espécie de Novo Testamento que revoga a antiga lei de Moisés. *Cours*, aliás, que requer uma edição crítica para entendermos seu real pensamento. Todos os autores têm seus valores e defeitos. São seres humanos, resumindo.

No Brasil, elegemos Joaquim Mattoso Câmara Jr (1904-1970) como “pai da lingüística brasileira” e com certeza é um título justo, dada a importante obra desse autor. É-nos tão íntimo que é citado apenas como Mattoso (e não como Câmara Jr.) em inúmeras obras. Antes dele, porém, houve Said Ali (1861-1953), seu professor, atualizadíssimo para sua época, cuja obra em muitos aspectos ainda não foi superada. Antes ainda temos Manuel Pacheco da Silva Jr (1842-1899), que seria, seguindo a mesma lógica, o bisavô da lingüística brasileira. Esses autores nada terão a nos dizer, se não os lermos. Said Ali, porém, só é lembrado como gramático e Silva Jr nem sequer é conhecido.

Dizer que Câmara Jr é o pai da lingüística nacional, contudo, não deve servir de escudo contra gramática e filologia. Pelo contrário, Câmara Jr escreveu com Carlos Henrique Rocha Lima (1915-1991) o curioso *Curso da língua pátria – gramática 1ª e 2ª séries ginasiais* (1944), que teve oito edições (até 1960). Vale lembrar que Rocha Lima é famoso por sua *Gramática normativa da língua portuguesa*, com dezenas de reedições e, aparentemente, se opõe a tudo que um lingüista pretende fazer. Câmara Jr, apesar de assumir algumas das posturas científicas de sua época, com influência sobretudo do estruturalismo norte-americano, não ignorava o aspecto histórico, nem depreciava a postura gramatical. Pelo contrário, fez como ninguém uma formidável síntese das três áreas. Não sentia nenhum desconforto em atribuir os termos “filologia” e “gramática” (em várias passagens) a seus pensamentos e obras. Esse desconforto pertence mais a seus discípulos, todavia, além de anacrônico, é injusto para com a sua figura e, sobretudo, com o seu pensamento. Do ponto de vista epistemológico é de fato um erro. Seja qual for a nomenclatura, todos – gramáticos, filólogos e lingüistas – temos a contribuir para o conhecimento da língua, do discurso e seu funcionamento. Uma união de forças é, sem dúvida, muito mais saudável e bem-vinda que uma ruptura total.